

# **Produção de conhecimento na educação popular: a questão do método <sup>1</sup>**

Dr. Reinaldo Matias Fleuri

*Prof. Titular em Fundamentos Epistemológicos da Educação  
Universidade Federal de Santa Catarina*

Trabalho apresentado:

FLEURI, R.M. **Produção do conhecimento na educação popular: a questão do método**. Contexto & Educação. v.9, p.85-104, 1995.

## **Resumo**

A prática de educação popular apresenta-se como um espaço privilegiado de produção de conhecimento, cujos sujeitos são todos os agentes envolvidos em tal prática. Este ensaio focaliza os "princípios metodológicos" desenvolvidos na prática do Seminário Permanente de Educação Popular (SPEP), promovido pela Universidade de Ijuí. Situa a prática do SPEP com uma visão sintética dos seus Agentes, do seu Projeto, de sua Caminhada e de seu Impacto social, focalizando os desafios emergentes no seu Projeto no período de 1987 a 1991. Em seguida, retoma a compreensão elaborada pelos seus agentes a respeito da metodologia de produção de conhecimento que vêm desenvolvendo. Por fim, esboça uma reflexão sobre as implicações epistemológicas da metodologia de produção de conhecimento na educação popular.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado e discutido na 16a. Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), no Grupo de Trabalho de Educação Popular, realizada nos dias 12 a 17.set.1993.

## **INTRODUÇÃO**

A prática de educação popular apresenta-se não apenas como objeto de pesquisa acadêmica mas, sobretudo, como um espaço privilegiado de produção de conhecimento, cujos sujeitos são todos os agentes envolvidos em tal prática. Neste sentido, a metodologia de pesquisa, ou melhor, a metodologia de produção de conhecimento na educação popular adquire uma conotação específica que, ultrapassando o formalismo científico, se configura em "princípios metodológicos", para cuja explicitação e análise epistemológica pretendemos contribuir.

Optamos por analisar tais princípios a partir da prática do Seminário Permanente de Educação Popular (SPEP), pois tal projeto vem desenvolvendo uma metodologia própria de produção de conhecimento e, simultaneamente, tentando explicitar e sistematizar seus pressupostos teóricos.

Neste ensaio, inicialmente situaremos a prática do SPEP com uma visão sintética dos seus Agentes, do seu Projeto, de sua Caminhada e de seu Impacto social, focalizando os desafios emergentes no seu Projeto no período de 1987 a 1991. Em seguida, retomaremos a compreensão elaborada pelos seus agentes a respeito da metodologia de produção de conhecimento que vêm desenvolvendo. Por fim, esboçaremos uma reflexão sobre as implicações epistemológicas da metodologia de produção de conhecimento na educação popular.

### **1. O Seminário Permanente de Educação Popular (SPEP).**

O Seminário Permanente de Educação Popular (SPEP) figura como uma das experiências de extensão universitária em educação popular que vem sendo desenvolvida pela Universidade de Ijuí (RS) desde 1987. Trata-se de um espaço institucional de elaboração de conhecimento, envolvendo diversos agentes sociais.

Participam como AGENTES do SPEP seis grandes movimentos sociais<sup>2</sup> e dezenas de entidades de assessoria do Cone Sul-americano<sup>3</sup>. São movimentos de massa, organizados local e nacionalmente, na década de 1980, por entidades autônomas e ligadas à classe trabalhadora, que desenvolvem diferentes tipos de

---

<sup>2</sup> Participam do Seminário Permanente de Educação Popular, até 1991, os seguintes movimentos sociais: Movimento Sindical Rural, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimentos dos Sem Terra, Movimento de Mulheres, Movimento Indígena, Movimentos Urbanos. Para uma descrição detalhada destes agentes sociais, consultar FLEURI, 1993:65-92.

<sup>3</sup> Cerca de cinquenta instituições participaram das atividades promovidas pelo SPEP até 1991. No entanto, 13 delas participaram mais intensamente através de sua vinculação ao Conselho Político responsável pela condução dos trabalhos do SPEP. Nesta instância, articulam-se a Unijuí-FIDENE (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado), o CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional), a FASE/RS (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Regional Sul), o CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), o CECA (Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria), a CPT/CNBB (Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil), a ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio), o CIMI/SUL (O Conselho Indigenista Missionário, Regional Sul), a ASSESSOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), o DER/FUNDEP (Departamento de Educação Rural da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero) e a Universidade de Córdoba.

lutas em torno de questões econômicas, de gênero e de cultura, tendo como base questões da terra e dos direitos do trabalhador. As instituições atuam na linha de educação escolar, de assessoria, de educação popular e de pastoral, promovendo diferentes formas de apoio teórico, metodológico e estratégico aos movimentos populares. Tais movimentos e instituições se articulam e se desenvolvem, como agentes coletivos, pela ação e interação de pessoas motivadas por problemas e conflitos sociais.

O PROJETO do SPEP se consolida no seu objetivo principal de contribuir para que os movimentos sociais recuperem, socializem e produzam coletivamente conhecimento sobre sua prática social. Baseado numa concepção dialética de metodologia, cria e aprimora procedimentos que garantam processos de teorização a partir e em função da prática, assim como planejamento e avaliação dialógica da prática coletiva. É justamente este aspecto metodológico do projeto do SPEP que enfocaremos de maneira particular no presente ensaio.

Sua CAMINHADA vai se estruturando, consolidando e se expandindo, através de atividades realizadas em suas instâncias deliberativas (Seminário Presencial, Conselho Político, Comitê Executivo) e em suas instâncias de formação (Seminários, cursos), de pesquisa, de assessoria, de produção editorial, de articulações. Os passos desta caminhada são marcados por "eixos temáticos". Com efeito, o SPEP é criado, em 1987, à luz da discussão sobre o tema **Conhecimento e poder na educação popular**, evolui ao enfrentar, em 1989, as problemáticas da **terra** e das **contradições no interior dos movimentos populares**, passando a assumir, em 1991, a busca de compreensão do **imperialismo** e das **contradições entre os movimentos sociais**, em vista da construção de um **projeto político comum ao campo popular**.

Em termos de IMPACTO institucional e social, as atividades do SPEP têm significado, para as instituições e para os movimentos sociais envolvidos, prioritariamente um espaço de debate e de intercâmbio em torno de suas problemáticas comuns, de enfrentamento e aprofundamento de suas preocupações específicas, assim como de formação de lideranças e assessorias que, por sua posição institucional, têm elevada capacidade de multiplicação dos benefícios recebidos. Para todos os seus integrantes, o SPEP produziu efeitos significativos em termos de intercâmbio e formação. Os resultados na área de pesquisa científica e de elaboração de meios de comunicação são ainda incipientes. Todavia, a experiência do SPEP indica que o impacto social da educação popular se configura fundamentalmente nas relações sociais construídas, em termos de capacidade coletiva de enfrentar e superar conflitos com a participação de todos os agentes, seja na condução, seja na apropriação dos benefícios da ação coletiva.

Em suma, a evolução do SPEP neste período de sua implantação (1987-1991) vem contribuindo para a integração entre seus **agentes** (movimentos sociais, instituições de assessoria e universidades), como sujeitos de conhecimento através da construção de um **projeto** de seminário permanente (objetivos e metodologia), cuja **caminhada** vem se efetivando mediante a realização de eventos que discutem a temática emergente na prática dos movimentos sociais, gerando um **impacto social**, sobretudo em termos de

formação de lideranças e assessorias, no sentido de contribuir para fortalecer a coesão e democratização interna das entidades, assim como a articulação entre elas.

Enfim, a prática do SPEP, como espaço de produção de conhecimento, indica que, os agentes sociais (movimentos, instituições), ao interagirem na busca de compreender e resolver os problemas emergentes em sua práxis, constroem instrumentos teórico-práticos que mediatizam formas de ação e de organização autônomas e articuladas.

## **2. Desafios emergentes no Projeto do SPEP**

O objetivo fundamental que o Seminário Permanente de Educação Popular vem assumindo é a elaboração e socialização de conhecimento sobre a prática dos movimentos sociais. Tal objetivo corresponde à peculiaridade da universidade, enquanto centro elaborador do conhecimento. Esta marca "universitária" do SPEP decorre do fato de ser um projeto iniciado e sustentado por uma universidade, a UNIJUÍ.

Também os objetivos específicos e as atividades assumidas pelo SPEP assumem características das tarefas de uma universidade: ensino (cursos, seminários), extensão (assessorias, articulações) e pesquisa. Da mesma forma, a metodologia desenvolvida usa recursos acadêmicos, nas pesquisas, debates, assessorias.

Não obstante sua marca "universitária", os objetivos geral e específicos do SPEP, assim como os recursos metodológicos utilizados, ganharam legitimidade junto aos movimentos sociais, porque estes vêem no SPEP um espaço que lhes permite elaborar, como sujeitos, os conhecimentos de que necessitam para compreender e dirigir suas práticas.

Com efeito, estes movimentos vêm aproveitando o espaço oferecido pela universidade para construir, mediante as atividades do SPEP, um espaço raro (até mesmo pioneiro, enquanto articula universidade e movimentos sociais) para discutir e compreender suas contradições (identidades e diferenças) vivenciadas tanto no seu interior, quanto na sua inter-relação. Além disso, estes movimentos vêm sendo desafiados no SPEP a aprimorar metodologicamente seu esforço de planejamento e avaliação participativos, na busca de sistematização crítica e orientação democrática de suas práticas. Isto tem sido constatado como fundamental para que os diferentes movimentos consigam integrar suas forças em torno de um projeto político comum, fortalecendo, ao mesmo tempo, a autonomia e a democracia interna de cada movimento. Nesta direção é que o SPEP vem definindo seus "objetivos estratégicos" (que visam a mudanças sociais estruturais).

Todos estes movimentos, para ampliar e organizar sua ação de maneira mais crítica e eficaz, precisam coletivamente dominar informações sobre a estrutura e a conjuntura econômico-políticas, de modo a identificar os conflitos sociais estruturais e definir os eixos comuns de lutas, integrando as estratégias de ação entre as diferentes categorias de trabalhadores. É por isso que os

movimentos sociais assumiram o Seminário Permanente de Educação Popular, com o **objetivo fundamental** de criar um espaço para que os movimentos sociais produzam conhecimento sobre sua prática social. E foi justamente a partir das necessidades comuns, explicitadas pelos movimentos, que foram definidos os objetivos específicos e as atividades do SPEP.

Tais atividades proporcionam aos movimentos espaço e instrumentos para elaborar conhecimentos e se apropriar de informações necessárias para compreender a vida da sociedade e orientar suas lutas nesse contexto. Os objetivos do SPEP, portanto, incorporam esta necessidade estratégica fundamental (elaboração do conhecimento sobre a prática social) para que todos os movimentos participantes consigam avançar com maior eficácia na realização de seus objetivos próprios que, sob diferentes enfoques (melhor remuneração ao trabalho, garantia dos direitos trabalhistas e civis, permanência do agricultor na terra, acesso à moradia e aos bens de uso coletivo na cidade, preservação do meio ambiente, busca de alternativas energéticas, participação social e igualdade de direitos para mulheres, preservação da identidade cultural e dos direitos civis dos índios) podem promover a melhoria de qualidade de vida de toda a população por eles atingida.

Em suma, o SPEP se defronta estruturalmente com múltiplos desafios em seu processo.

Do ponto de vista do objetivo geral, o desafio que se coloca ao conjunto dos agentes envolvidos no SPEP é o de conseguirem produzir conhecimento a partir e em função da prática dos movimentos sociais, apropriando-se do saber técnico-científico e reelaborando-o criticamente segundo a perspectiva das classes populares.

Do ponto de vista dos objetivos específicos, os seminários, cursos, pesquisas, assessorias, meios de comunicação desenvolvidos no SPEP, são continuamente desafiados a enfrentar e superar a tensão entre o tradicional academicismo da universidade e o imediatismo das lutas dos movimentos sociais.

E é aí que, do ponto de vista metodológico, se coloca um desafio crucial e peculiar do SPEP: criar e aprimorar procedimentos que garantam processos de teorização dialética (a partir e em função da prática) e de organização participativa (planejamento e avaliação dialógica da prática coletiva).

No enfrentamento de tais desafios, o SPEP pode dar uma contribuição efetiva, ainda que limitada, para que os movimentos sociais participantes ampliem sua capacidade de organização democrática interna e articulação crítica entre si, no sentido de avançar na construção de um projeto político comum ao campo popular.

Todavia, a consistência de sua proposta depende do esclarecimento de duas questões: Como o SPEP justifica teoricamente sua proposta metodológica? Em quê tal proposta se diferencia de uma perspectiva conservadora de educação popular?

### ***3. A metodologia na proposta do SPEP***

### 3.1. Concepção dialética de metodologia

Os princípios metodológicos das atividades do SPEP são indicados já em seu projeto inicial (elaborado em 1987).

Quando se propõe "criar espaços que privilegiem a reflexão da prática", porque "pensar a prática torna-se importante para dar organicidade às ações", no sentido de "realimentar práticas sociais comprometidas e manter a coerência das mesmas" (SPEP,1988a:1), exprime a concepção dialética de conhecimento, segundo a qual este se produz a partir da prática, orienta a prática e verifica sua validade na prática (JARA,1985; VASQUEZ,1968).

A **prática** "é entendida como o agir coletivo e intencionado, dirigido por objetivos. Põe em movimento objetos e fenômenos, cujo sentido, visto como percepção, significado e direção, é dado pela teoria. A prática, enquanto coloca objetos e fenômenos em movimento transforma-os. Fazem parte da prática a produção material, a atividade social e política e a investigação e experimentação científica (KRAPÍVINE,1986:231-3)" (SPEP,1991:27).

A **teoria** "é vista na sua relação com a prática. É o pensar, a reflexão. É pensar a prática que produz e põe em movimento objetos e fenômenos. É relacioná-los entre si e com as situações onde estão ocorrendo; selecionar o importante e o secundário; ver semelhanças e diferenças; o específico e o global; penetrar nas aparências através das contradições da ação. Vemos a teoria como aquilo que dá sentido à realidade específica enquanto chega a entendê-la por dentro, o seu funcionamento interno, as relações externas, a sua história. Sendo que, ao mesmo tempo que explica, orienta o seu movimento" (SPEP,1991:27). É na relação teoria-prática que emerge a formulação da **metodologia**. Esta "é vista pelo SPEP como uma lógica construída a partir da prática. Implica numa seqüência de procedimentos ordenados pelos objetivos desta. (...) Mas esse procedimento - que parte da prática - não leva a absolutizá-la. Percorre-se o seu movimento e sobre ele desenvolve-se a ação. Sobre esse movimento, que é histórico, os diferentes agentes do Seminário se confrontam e dialogam. No curso de suas práticas e das relações entre elas vão aflorando as contradições da realidade imediata onde estas práticas se realizam e do pensamento e da organização dos seus agentes. Ao detectá-las e trabalhá-las (reflexão-ação) os agentes do SPEP estão construindo e reconstruindo conhecimento" (SPEP,1991:29).

A metodologia dialética de conhecimento pressupõe que tudo se relaciona contraditoriamente. Por isso, considera como principal fator de elaboração do conhecimento a explicitação das contradições.

**Contradição** "é entendida como a unidade e luta de contrários. Nessa luta atuam forças e tendências umas contra as outras; uma negando a outra. É a negação do velho e o aparecimento do novo que, por sua vez, encontrará o seu oposto, dando prosseguimento ao processo. Esse embate é a base do movimento, de mudanças, do desenvolvimento dos fenômenos e das práticas sociais. Porém, ao mesmo tempo em que há essa negação, existe nos fenômenos e práticas sociais uma preservação (KONDER,1981) assegurando a tendência ou

direção. À medida que isso ocorre, vai ocorrendo a superação do estado anterior do desenvolvimento do fenômeno ou prática social" (SPEP,1991:28).

A contradição apresenta-se como uma categoria chave da metodologia desenvolvida pelo SPEP, desde quando afirma que as práticas "necessitam, além de manter reflexões constantes, de um espaço para colocar-se frente a outras práticas. Ver quais são suas semelhanças, quais as suas diferenças, confrontar-se sem constrangimento e daí aprender para avançar" (SPEP,1988a:1).

Neste sentido, a contradição é assumida não como uma categoria meramente abstrata, mas como reveladora da realidade social.

### **3.2. Concepção de sociedade**

A preocupação predominante no SPEP é a de trabalhar "a contradição fundamental da sociedade capitalista, visando à sua compreensão histórica e acompanhando a contradição que se dá entre as duas classes que polarizam o processo produtivo: a burguesia, que tem o domínio dos meios de produção, e a classe trabalhadora, que vive a exploração e a dominação. Mas o Seminário tem se preocupado, da mesma maneira, em trabalhar sobre as contradições secundárias do campo popular: aquelas que se dão no interior da classe trabalhadora, propiciando subsídios para o reconhecimento dos seus interesses de classe para a compreensão e enfrentamento dos divisionismos internos" (SPEP,1991:28).

A sociedade é vista, pois, em seu movimento histórico. As práticas sociais dos movimentos e instituições aparecem como a "porta de entrada" para as análises da realidade social. Estas práticas, se teorizadas e organizadas, vão acumulando potencial de transformação. E os agentes sociais, ao explicitar e assumir o sentido de suas práticas, vão se construindo como sujeitos históricos.

É nesta perspectiva que se enfatiza a importância da produção do conhecimento e da educação popular.

### **3.3. Conhecimento e educação popular**

A concepção de realidade social, assim como a de metodologia de ação-reflexão, desenvolvida pelo SPEP baseia-se na teoria dialética.

Neste enfoque, o **conhecimento** é "entendido como produto de processos e vivências sociais em que os sujeitos e o objeto, em relação, se constroem mutuamente. A construção desses sujeitos se dá na medida em que, na relação entre eles e deles com a realidade, há o acionamento e ampliação de percepções, conceitos, categorias acumuladas pela humanidade, em razão das necessidades que gera, possibilitando a apreensão e o questionamento das leis da estrutura e funcionamento desse real. Ao atuar no sentido de satisfazer essas novas necessidades, há a intervenção desses sujeitos sobre o objeto-realidade, reconstruindo-o. Instituições são estruturadas, decorrentes de necessidades sociais que, a partir dessas, constroem objetivos, aglutinam e gestionam recursos no sentido de possibilitarem uma prática social coerente com essas necessidades

e objetivos que as geram. As instituições que integram o SPEP (ONGs e Universidades) atendem a necessidades de assessoria aos Movimentos Sociais, ainda que algumas delas os extrapolem, como as Universidades, constituídas a partir de necessidades mais globalizantes, universais" (SPEP,1991:27).

A produção de conhecimento, assim entendido, aparece como o cerne da **educação popular**. Com efeito esta é assumida pelo SPEP como "um processo teórico-prático de criação e recriação coletiva de conhecimento. Busca acompanhar e refletir a prática, no seu movimento histórico, captando seu sentido e intervindo conscientemente sobre ela. Dessa forma, visa a reorientar a prática e fortalecer a consciência e a organização da classe trabalhadora. Na medida em que parte do conhecimento do grupo, do seu modo de ver o mundo e enfrentar o dia-a-dia, enquanto vai ao encontro da cultura e das necessidades do grupo, também resgata e reforça a sua identidade" (SPEP,1991:29).

No contexto da educação popular, a prática de avaliação é repensada, adquirindo uma relevância capital como fator de produção crítica do conhecimento e de condução democrática da ação coletiva.

A **avaliação** é, assim, "entendida no SPEP como um processo de reflexão de uma prática que pressupõe a comparação desta (no estágio em que se encontra) com indicadores estabelecidos pelos agentes. Estes indicadores são construídos a partir das expectativas desses agentes, dos objetivos propostos, da programação estabelecida e/ou de estágios anteriores dessa mesma prática. A avaliação tem por finalidade aprofundar o conhecimento da prática, criticá-la e orientá-la. Acompanha seu desenvolvimento contextualizando-a, detectando o que foi e o que não foi conseguido, os elementos que alteraram o curso da prática e os que interferiram sobre a mesma, permitindo que se caminhasse para além ou aquém do esperado. Procura-se, também, no processo avaliativo, verificar o que foi superado em relação a estágios anteriores da prática - mudanças quantitativas e qualitativas - que contradições permanecem e o que precisa ser incorporado ao processo para o prosseguimento da caminhada, num estágio superior - a prática transformada. Portanto, implica em tomada de decisões permanentemente" (SPEP,1991:29).

### **3.4. Produção do conhecimento, condução do movimento**

A **metodologia** proposta pelo SPEP apresenta, em síntese, três características fundamentais: (1.) promove o diálogo (2.) entre agentes coletivos (3.) sobre os problemas emergentes nas suas práticas sociais. Desta maneira, os agentes participantes podem se assumir coletivamente como produtores de conhecimento sobre sua prática.

Estes princípios metodológicos são inerentes às práticas educativas que os movimentos populares vêm criando e desenvolvendo em seu processo de organização e ação.

Por exemplo, o tipo e organização desenvolvido pela Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (CRAB) - que promove discussões nas comunidades atingidas por barragens mediante comissões locais e municipais, articulando-as



através de plenária e assembléia geral - permite que os grupos de base discutam seus problemas imediatos, desenvolvendo um processo de compreensão e de decisão, que vai se ampliando e se articulando com outros grupos, nas plenárias e assembléias, cujas deliberações realimentam e direcionam as atividades dos grupos de base. O mesmo processo de teorização e deliberação alicerçado nos grupos de base tende a ocorrer no Movimento dos Sem-Terra, a partir dos assentamentos e acampamentos, no Movimento Sindical, com base nos sindicatos (ao menos entre os sindicatos coligados pela CUT), nos movimentos populares urbanos, com base nas associações comunitárias.

Evidentemente, esse tipo de organização vive a constante tensão entre a democratização (participação efetiva dos grupos de base no controle da caminhada coletiva) e o risco da burocratização (controle centralizado e autoritário da ação coletiva), entre a elaboração crítica do conhecimento (a partir e em função da prática social) e o risco da imposição dogmática de uma ideologia (distanciada da prática dos movimentos sociais) (cf. FLEURI, 1988:188-9).

Todavia, a metodologia de organização e teorização defendida por esses movimentos busca incorporar o caráter participativo e dialético. Participativo, porque o conhecimento e o direcionamento da prática são elaborados num processo dialógico de construção coletiva. Dialético porque o processo de teorização e de decisão se dá a partir da prática social, serve para orientar a ação coletiva e, por fim, é avaliado e reformulado tendo em vista a prática desenvolvida.

Assim, o SPEP ganhou legitimidade junto aos movimentos populares e aos centros de assessoria, justamente porque estes reconheceram nos seus eventos uma prática coerente com os princípios e com a metodologia peculiar à educação popular, verificando a possibilidade concreta de se assumirem nesse espaço como sujeitos ativos de produção de conhecimento necessário à condução autônoma e democrática de suas lutas.

#### ***4. Implicações epistemológicas do projeto do SPEP***

Tendo esclarecido como o SPEP justifica teoricamente sua proposta metodológica, tentemos analisá-la à luz dos pressupostos epistemológicos inerentes às diferentes vertentes de educação popular.

As diferentes práticas de educação popular, segundo estudos realizados (BRANDÃO, 1984:24-8, JANUZZI, 1979; FLEURI, 1993:47-53) evidenciam divergências, basicamente, quanto ao sujeito, ao objetivo político e à metodologia.

De um lado, as propostas de educação popular elaboradas pelo Estado e por seus aparelhos, têm como sujeito uma elite que, mediante metodologias domesticadoras, buscam adaptar as classes subalternas à estrutura capitalista vigente. A estas práticas podemos chamar de "domesticadoras".

De outro lado, os processos educativos que surgem no bojo dos movimentos populares (sujeito) são conduzidos participativamente (metodologia) pelas próprias classes populares tendo como horizonte a superação das relações

capitalistas e a construção de uma sociedade socialista (objetivo político). A este tipo de educação popular, podemos chamar de "libertador"(cf. FLEURI, 1992:47-57).

A oposição entre estas propostas de educação popular encontram-se, todavia, para além do fato de surgirem a partir de instituições governamentais (Estado) ou não-governamentais (movimentos e grupos populares). Tal antagonismo, a nosso ver, pode ser identificado ao se explicitar a "estrutura" das relações que configuram a prática de educação popular, onde se pode identificar seu **sujeito**, seu **objeto** e o sentido da **relação** entre sujeito e objeto.

De um lado, nos projetos de educação popular que favorecem à dominação, geralmente o seu grupo articulador se constitui no sujeito que cria seu objeto de conhecimento e de intervenção, a partir de seus meios (teóricos e institucionais), que são alheios à comunidade atendida. A população-alvo não passa, nesta relação, de mero objeto de conhecimento e de ação do grupo proponente.

Nesta estrutura, o objeto e os meios tanto de conhecimento (saber), quanto de ação (poder) são definidos por um sujeito que se considera de maneira isolada, como se pairasse fora e acima da realidade objetiva, na qual inclui também os outros agentes humanos.

As relações adquirem, assim, sentido único, em que o sujeito determina (teórica e praticamente) o objeto mediante critérios formais.

Do ponto de vista do conhecimento, pressupõe-se que o sujeito seja o indivíduo quem define a realidade objetiva mediante conceitos. Do ponto de vista do poder, entende-se que o sujeito seja o chefe que determina o comportamento dos subalternos mediante as normas.

A relação entre sujeito e objeto é entendida como a superposição de pólos individualizados e mutuamente excludentes. O sujeito é considerado como o indivíduo que abarca e controla a realidade exterior, de maneira unidirecional e impositiva.

Tal concepção de saber e de poder apreende, na verdade, de maneira isolada e estática a dimensão do sujeito e a do objeto presentes nas relações dos seres humanos entre si e com o mundo. Porém, menospreza o fato de que o conhecimento é elaborado na relação dos homens entre si, mediatizados pelo mundo.

De outro lado, nas propostas "libertadoras", que favorecem o desenvolvimento autônomo dos parceiros, assim como a superação dos conflitos emergentes, o sujeito do conhecimento é tido como coletivo, não individual; interativo, não isolado. Seu objeto, o mundo, é assumido na sua complexidade e dinamicidade. E a relação entre homens e mundo é percebida em sua dialeticidade: os homens são condicionados pelo mundo e este é transformado pelos homens.

Da mesma forma, as relações de poder não são unidirecionais, pois os homens se influenciam mutuamente através da práxis. A atividade de cada pessoa e de cada grupo social determina reciprocamente o comportamento dos

outros, servindo-se de inúmeras mediações (o Estado, as instituições, o sistema produtivo), que evoluem historicamente.

A concepção dialética e histórica de saber e de poder é revelada na práxis dos movimentos populares, rompendo com a visão estreita e unidimensional incorporada pelas práticas dominadoras.

Tal práxis evidencia que os sujeitos da transformação social não são indivíduos de uma elite, mas fundamentalmente os movimentos sociais; que o mundo não é objeto estático e unidimensional, mas dinâmico e complexo; que os rumos da história não são definidos abstratamente e sim pela práxis.

Assim, a divergência entre a educação popular domesticadora e a libertadora, além da dimensão ético-política, apresenta também um plano lógico-epistemológico.

Para a educação domesticadora, o sujeito de conhecimento é o indivíduo, que define formalmente o seu objeto. Esta concepção de relação entre sujeito e objeto serve de base para o tipo de relação predominante na organização burocrática: o chefe determina o comportamento dos subordinados através de normas decididas hierarquicamente.

Já a educação que se chama de libertadora, baseia-se numa concepção dialética de conhecimento.

O conhecimento é elaborado "na relação entre sujeitos, mediatizados pelo mundo" (FREIRE,1975:79). Esta concepção concretiza-se na organização democrática, em que o sentido da práxis é definido coletivamente pela interferência ativa dos agentes.

É justamente nesta perspectiva, aqui chamada de "libertadora", que o SPEP buscou definir sua concepção de "conhecimento", de "educação popular", de "avaliação" e de "metodologia".

A categoria de "conhecimento" aparece como um conceito-chave na proposta do SPEP. Não só porque configura-se como seu objetivo principal. Mas também porque reflete as dimensões fundamentais de sua proposta.

O SPEP, segundo a interpretação de seu Comitê Executivo, entende o **conhecimento** "como produto de processos e vivências sociais em que os sujeitos e o objeto, em relação, se constroem mutuamente" (SPEP,1991:27, cf. acima, item 3.3). Esta formulação incorpora a concepção de um sujeito coletivo de conhecimento constituído de agentes sociais em relação dialética entre si e com o mundo.

"A construção desses sujeitos se dá - continua o texto acima, explicando a dialeticidade entre sujeitos e objeto de conhecimento - na medida em que, na relação entre eles e deles com a realidade, há o acionamento e ampliação de percepções, conceitos, categorias acumuladas pela humanidade, em razão das necessidades que gera, possibilitando a apreensão e o questionamento das leis da estrutura e funcionamento desse real. Ao atuar no sentido de satisfazer essas novas necessidades, há a intervenção desses sujeitos sobre o objeto-realidade, reconstruindo-o" (SPEP,1991:27).

As categorias, conceitos e teorias construídas historicamente aparecem, pois, como mediações, dinamicamente elaboradas e reformuladas, dos sujeitos entre si e com o mundo. Da mesma forma, são construídas e transformadas as instituições sociais. "Instituições são estruturadas, decorrentes de necessidades sociais que, a partir dessas, constroem objetivos, aglutinam e gestionam recursos no sentido de possibilitarem uma prática social coerente com essas necessidades e objetivos que as geram" (SPEP,1991:27).

As teorias e as instituições são, pois, consideradas **mediações** entre sujeitos sociais e o mundo em transformação. Enquanto os **homens em relação** entre si e com o mundo são considerados como os sujeitos, propriamente ditos, de conhecimento e de ação, as instituições são tomadas como mediações que ensinam e sustentam as relações sociais, não como os agentes criadores das relações humanas, pois o sentido destas é definido pelas pessoas em relação.

Evita-se, assim, a "fetichização" das teorias e das instituições, pela qual estas são tomadas como entidades absolutas e autônomas, às quais os homens seriam submetidos como seus objetos e instrumentos de ação. Na realidade, as idéias e as instituições autonomizadas são instrumentos da classe dominante de uma época "e tal autonomia é produzida no momento em que se faz uma separação entre os indivíduos que dominam e as idéias que dominam, de tal modo que a dominação de homens sobre homens não seja percebida porque aparece como dominação das idéias sobre todos os homens" (CHAUÍ,1981:106).

A superação do "fetichismo" do conhecimento se revela importante pelas suas implicações na concepção e na prática de **educação popular**. Pois, na prática de educação popular enquanto "educação de adultos" (a qual, conforme BRANDÃO,1984:24-8, reforça o processo de dominação), a legitimação de uma elite como **sujeito** planejador e controlador do processo pedagógico, assim como o **objetivo político** de preservação do "status quo", fundamenta-se na crença de que o "conhecimento" seja um conjunto de idéias verdadeiras que, por ser coisificado, poderia ser "possuído" por um grupo de pessoas esclarecidas, capazes de orientar o restante dos mortais no modo "correto" de entender a realidade e de se portar frente a ela.

Já a concepção de **conhecimento** - entendido "como produto de processos e vivências sociais em que os sujeitos e o objeto, em relação, se constroem mutuamente" - legitima a prática de educação popular em que a direção permanece sob controle dos agentes participantes, que buscam superar as relações de exploração e dominação, perspectivando a construção de uma sociedade socialista.

Neste contexto, a prática de **avaliação** deixa de ser um meio de controle exercido por uma elite sobre a atividade coletiva, para se tornar um processo interativo de compreensão crítica e de condução democrática da ação coletiva. Isto, na medida em que todos os integrantes participem ativamente da definição dos objetivos (incorporando neles suas necessidades), da construção das metodologias (adequando-as às suas condições e possibilidades) e da explicitação dos indicadores, que permitam identificar as mudanças quantitativas e qualitativas na prática coletiva. Desta maneira, a avaliação pode oferecer subsídios para a deliberação participativa sobre a condução das práticas sociais.

A avaliação incorpora, assim, a concepção de **prática**, como "o agir coletivo e intencionado", e de **teoria**, como fator que, "ao mesmo tempo que explica, orienta o movimento" da prática (SPEP,1991:27,29). Aliás, o processo de teorização se constitui com base na avaliação da prática, pois teorizar, assim como avaliar, significa relacionar os fenômenos "entre si e com as situações onde estão ocorrendo; selecionar o importante e o secundário; explicitar as semelhanças e as diferenças, o específico e o global; penetrar nas aparências através das contradições da ação" (SPEP,1991:27).

A avaliação (teorização) da prática visa, pois, a identificar as contradições nela emergentes. Ao se identificar as tendências e forças que, sendo interligadas, são mutuamente opostas (contradição), torna-se possível entender como articular as diferenças em torno das identidades, assim como escolher que forças implementar para que o conflito tenda para a solução desejada. A superação da contradição nega e recupera elementos da correlação anterior num outro equilíbrio de forças, as quais em tensão recíproca conduzem a novas mudanças.

A compreensão das contradições e dos movimentos da realidade (reflexão) permite interferir no jogo de forças, reforçando a evolução dos movimentos no sentido desejado. E esta interferência (ação) enseja a compreensão de novos aspectos dos fenômenos. Assim, a reflexão e a ação se alimentam reciprocamente.

Da mesma forma, no processo de reflexão, a avaliação e o planejamento da prática aparecem como dois momentos da condução consciente da atividade. A "avaliação", entendida como o momento de análise do jogo de forças vigente para identificar os sentidos a que a superação do conflito pode conduzir, enseja o "planejamento" dos objetivos (a escolha do sentido em que se pretende a evolução dos acontecimentos) e da metodologia (os procedimentos a serem desenvolvidos para implementar os objetivos) de ação num determinado contexto de forças.

Mas é na "execução" do planejamento que se pode avaliar sua coerência interna (entre objetivos e metodologia), assim como sua eficácia na implementação do sentido pretendido no jogo de forças do qual se participa. Assim, a execução (prática) oferece os critérios de validade do planejamento (teoria) e este propõe os indicadores para a avaliação da prática.

Todavia, o sentido (significado e direção) da teoria e da prática é fundamentalmente definido pelos agentes em relação. E, pelo fato de os agentes se encontrarem em posições diferentes, mas correlatas, no jogo de forças, o sentido da prática social é sempre definido contraditoriamente. De um lado, a prática social assume significados e valores diversificados para cada agente, segundo sua posição nela construída. De outro lado, os agentes interagem mediatizados por interesses comuns, os quais tendem a caracterizar a direção predominante da prática social.

## **Conclusão**

A presente análise focaliza particularmente as implicações epistemológicas do Projeto do SPEP, deixando de lado as considerações sobre seus Agentes, sua Caminhada e seu Impacto social (um estudo sobre estes outros aspectos, encontra-se em FLEURI, 1993).

Nestes limites, foi possível constatar que o Projeto do SPEP apresenta uma proposta metodológica fundada na concepção dialética de conhecimento, segundo a qual a teoria se produz a partir da prática, orienta a prática e verifica sua validade na prática. É a partir desta concepção de relação teoria-prática que emerge a formulação da **metodologia** como uma "lógica construída a partir da prática", ou seja, como "uma seqüência de procedimentos ordenados pelos objetivos desta".

Todavia - o que nos parece fundamental - a construção dos objetivos e dos procedimentos da prática resulta do confronto e do diálogo entre os diferentes agentes do Seminário, que faz aflorar as contradições que desafiavam os próprios agentes a construir e reconstruir o conhecimento.

O **conhecimento** é, pois, entendido como "produto de processos e vivências sociais em que os sujeitos e o objeto, em relação, se constroem mutuamente" (SPEP,1991:27). Esta formulação incorpora a concepção freireana de que o conhecimento é elaborado "na relação entre sujeitos, mediatizados pelo mundo" (FREIRE,1975:79).

Os **homens em relação** entre si e com o mundo são, pois, considerados como os sujeitos de conhecimento e de ação, enquanto as instituições e a teorias são tomadas como **mediações** que ensinam e sustentam as relações sociais, não sendo elas "fetichizadas" como os agentes criadores das relações humanas.

A ênfase dada aos homens e movimentos sociais como sujeitos interativos de conhecimento, assim como a superação do "fetichismo" das mediações, traz implicações importantes na concepção e na prática de **educação popular**. Pois, reforça a necessidade de que a direção da prática social permaneça sob controle dos agentes participantes, na busca de superar as relações de exploração e dominação, perspectivando a construção de uma sociedade socialista.

### ***Documentos consultados***

1. SPEP,1988a - Estrutura e Organização do Seminário Permanente de Educação Popular. Ijuí, 11.mar.1988. 6p. (manuscrito).
2. SPEP,1988b - Seminário Permanente de Educação Popular. Relatório das atividades do Seminário Permanente de Educação Popular - Janeiro a março de 1988. Ijuí, 22.set.1988.
3. SPEP,1989a - Seminário Permanente de Educação Popular. Relatório do Seminário Presencial. (Dossiê de Documentos). Ijuí, jun.1989.
4. SPEP,1989b - Seminário Permanente de Educação Popular. Relatório Técnico das atividades desenvolvidas pelo Seminário Permanente de Educação Popular - Janeiro a outubro de 1989. Ijuí, 30.out.1989.
5. SPEP,1989/90 - Seminário Permanente de Educação Popular. Relatório Técnico das atividades desenvolvidas pelo Seminário Permanente de Educação Popular - 15 de outubro de 1989 a 15 de maio de 1990. Ijuí, 25.jun.1990.
6. SPEP,1990 - Seminário Permanente de Educação Popular. Relatório Técnico das atividades desenvolvidas pelo Seminário Permanente de Educação Popular - 15 de maio a 15 de dezembro de 1990. Ijuí, 05.jan.1991.
7. SPEP,1991 - Seminário Permanente de Educação Popular. Relatório analítico da caminhada do SPEP no período 1987/91. Ijuí, Comitê Executivo do SPEP, 20.ago.1991.

### ***Referências Bibliográficas***

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os caminhos cruzados. **Educação & Sociedade**, São Paulo, **6** (19):21-45,dez.1984.
- \_\_\_\_\_. Concepções e experiências de educação popular. **Cadernos CEDES**, São Paulo, 1 (1):5-34,1980.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 132p. (Coleção Primeiros Passos, 13).

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educar para quê?**; Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. 6ed. São Paulo/Uberlândia, Cortez/EDUFU, 1992. 108p.

\_\_\_\_\_. **Educação popular e universidade**. Tese de doutorado. Universidade Metodista de Piracicaba, 1988. 386p.

\_\_\_\_\_. **A questão do conhecimento na educação popular. Uma avaliação do Seminário Permanente de Educação Popular e de suas implicações epistemológicas**. Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. 273p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, 224p.

JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL**. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979. 112p. (Educação universitária).

JARA, Oscar. **Concepção dialética da educação popular**. São Paulo, CEPIS, maio.1985. 34p. (Texto de apoio, 2).

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 23). 88p.

KRAPÍVINE, V. **O que é materialismo dialético?** Moscovo, Ed. Progresso, 1986. (ABC dos Conhecimentos Sociais).

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis** [Filosofia de la praxis]. Trad. Luis Fernando Cardoso. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. 456p. (Série Rumos da cultura moderna, 11).